

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata da reunião anterior

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência ao SNESUP, para expor o problema de não pagamento das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório aos docentes do ensino superior público – 10h00

5. Discussão de Projetos de Resolução

5.1. [Projeto de Resolução n.º 1642/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Requalificação da Escola Básica Adriano Correia de Oliveira do Agrupamento de Escolas Gaia Nascente, em Avintes

5.2. [Projeto de Resolução n.º 1647/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Reabilitação da Escola Básica do Castelo da Maia

5.3. [Projeto de Resolução 1542/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Manutenção da Licenciatura em Ergonomia na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

5.4. [Projeto de Resolução n.º 1741/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo que assegure a existência dos trabalhadores da Escola Pública em número necessário e com o vínculo adequado para o arranque do ano letivo 2018/2019

6. Apreciação e votação de relatório final de petição

6.1. [Petição n.º 501/XIII/3.ª](#) - Pela realização urgente de obras estruturais no Agrupamento de Escolas da Portela e Moscavide

Deputada Relatora: Ana Sofia Bettencourt (PSD)

7. Apreciação e votação de parecer de Projeto de Lei

7.1. [Projeto de Lei n.º 889/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Conclusão das obras, extinção e transferência do património da “Parque Escolar, E.P.E.”

- **Deputado relator:** Pedro Alves (PSD)

- 7.2. [Projeto de Lei n.º 923/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - Impossibilita a disponibilização nas cantinas dos estabelecimentos de ensino de refeições que contenham carnes processadas, garantindo uma maior qualidade nas refeições escolares
- **Deputada relatora:** Ângela Moreira (PCP)
- 7.3. [Projeto de Lei n.º 924/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - Determina a não distribuição de leite achocolatado às crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, assegurando uma maior qualidade nas refeições escolares
- **Deputada relatora:** Sónia Fertuzinhos (PS)
- 7.4. [Projeto de Lei n.º 925/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - Determina condições para a limitação de produtos prejudiciais à saúde nas máquinas de venda automática dos estabelecimentos de ensino, tendo em vista a adoção de hábitos alimentares saudáveis e garantindo a qualidade das refeições escolares
- **Deputado relator:** Álvaro Batista (PSD)
- 7.5. [Projeto de Lei n.º 930/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Recuperação da gestão pública das cantinas escolares
- **Deputado relator:** Álvaro Batista (PSD)

8. Apreciação e votação de relatório de iniciativa europeia

- [COM\(2018\)367](#) - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o programa «Erasmus», o programa da União para o ensino, a formação, a juventude e o desporto, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1288/2013
- **Deputada relatora:** Ana Rita Bessa (CDS-PP)

9. Fixação de redação final

9.1. Proposta de texto de fusão:

- [Projeto de Resolução n.º 1364/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Requalificação da Escola Secundária de Castro Daire;
- [Projeto de Resolução n.º 1374/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a urgente requalificação e reabilitação da Escola Secundária de Castro Daire, de modo a garantir dignidade a toda a comunidade escolar;
- [Projeto de Resolução n.º 1432/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Secundária de Castro Daire.

9.2. Proposta de texto de fusão:

- [Projeto de Resolução n.º 1421/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – “Recomenda ao Governo medidas urgentes para a requalificação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa (Paredes)”;
- [Projeto de Resolução n.º 1451/XIII/3.ª \(BE\)](#) – “Em defesa da Escola Secundária de Rebordosa, no concelho de Paredes”;

- [Projeto de Resolução n.º 1547/XIII/3.ª \(PSD\)](#) – “Requalificação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa”;
- [Projeto de Resolução n.º 1569/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) – “Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a urgente requalificação e reabilitação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa”.

9.3. [Projeto de Resolução n.º 1573/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Requalificação e realização urgente de obras na Escola Secundária de Amares

9.4. [Projeto de Resolução n.º 1598/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo a realização de obras na Escola Básica 2/3 D. Carlos I em Sintra

9.5. [Projeto de Resolução n.º 1601/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à urgente requalificação da Escola EB 2/3/Sec. Dr. Bento da Cruz em Montalegre

9.6. [Projeto de resolução n.º 1546/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Concurso extraordinário de recrutamento e colocação de inspetores na área da Educação e Ciência

10. Apreciação na especialidade de projeto de resolução aprovado

- [Projeto de Resolução n.º 1730/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo o investimento na Inspeção Geral de Educação e Ciência

11. Outros Assuntos

12. Data da próxima reunião

- 17 de julho – 14h30 – Audição do Ministro da Educação – por requerimento e regimental

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata da reunião anterior

Não foi distribuída nenhuma ata.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Relatório da audiência à Associação de Encarregados de Educação da Escola Secundária de Esmoriz

O relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

4. Audiência ao SNESup para expor o problema de não pagamento das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório aos docentes do ensino superior público – 10h00

O Senhor Presidente deu as boas vindas à delegação do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), melhor identificada na [página da audiência](#) e informou a grelha de tempos disponíveis para a presente audiência.

O Senhor Professor Gonçalo Leite Velho, Presidente do SNESup, agradecendo a celeridade na satisfação do pedido de audiência, pediu, desde logo, para passar a palavra aos colegas, uma vez que o SNESup é um sindicato que dá a palavra aos seus representados.

O Senhor Professor José Rodrigues, Presidente do Instituto Politécnico do Porto, começou por dizer que o s/instituto tem cumprido com a Lei do Orçamento de Estado para 2018, no que respeita ao posicionamento remuneratório dos docentes, estando estes a progredir em função da avaliação rigorosa que é feita aos mesmos. Referiu que tem conhecimento que o Instituto Politécnico de Castelo Branco e o da Guarda se encontram já a cumprir com esta lei. Todavia, não pode deixar de aproveitar a oportunidade para demonstrar o seu apoio aos colegas docentes de outros institutos, pela não progressão na carreira, em conformidade com o estipulado pela Lei do Orçamento de Estado para 2018, o que, na sua opinião, consubstancia uma verdadeira situação de atraso de salários.

O Senhor Professor Raúl Jorge referiu que, no Instituto Politécnico de Lisboa só com dois excelentes na avaliação é que os docentes terão valorização remuneratória, sendo este mecanismo penalizante para os docentes porque podem ficar anos a fio com o mesmo salário. Mencionou, ainda, que os dirigentes dos politécnicos têm liberdade para aplicar a lei, pelo que parece que quando uma lei chega ao ensino superior a mesma não é para ser cumprida.

O Senhor Professor José Moreira, docente na Universidade do Algarve, referiu que os colegas aqui representados constituem uma amostra do ensino superior. Constatou que as progressões estão congeladas desde 2004 e que estas deveriam ocorrer com base na avaliação de desempenho dos professores, a regulamentar. Ora, informou que a maior parte das instituições não conseguiu regulamentar, motivo pelo qual na maioria das instituições os não docentes estão a progredir enquanto os docentes não, face à falta de regulamentação. Terminou, referindo que na sua instituição todos os docentes foram avaliados e que tem conhecimento de que na Universidade do Porto algumas unidades orgânicas não foram objeto de avaliação.

Para concluir, o Senhor Professor Gonçalo Leite Velho referiu que distribuiu pelos Grupos Parlamentares uma pasta contendo respostas ao inquérito designado de Registo de Informações de Vencimentos e Avaliações pelas Instituições (RIVA), evidenciando que umas foram mais transparentes na forma de divulgação dos seus dados. Mencionou, ainda, que o impacto financeiro é de 7 milhões de euros, sendo certo que na Conta Geral do Estado existe um acréscimo de 13 milhões de euros, pelo que entende que o que solicitam, ao nível das progressões, não é algo que seja capaz de desequilibrar o Orçamento de Estado de forma abissal.

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) transmitiu a completa solidariedade do Grupo Parlamentar do PSD quanto às pretensões dos docentes. Afirmou, depois, que quem tem de gerir os interesses do Estado é o Governo, sendo certo que o que foi aqui evidenciado é que a geringonça deu lugar à barafunda, não havendo uma liderança por parte do Governo, fundamental para denunciar o (in)cumprimento da lei. Trata-se de um princípio fundamental que está a ser posto em causa com estas legítimas reclamações, estando o Governo a faltar ao cumprimento daquilo que prometeu dar. Referiu, depois, que o seu Grupo Parlamentar desconhece se existe dinheiro para as progressões, sendo certo que, se estas verbas não existirem, entende que quem se comprometeu deve assumir o erro. Terminou, dizendo que o seu Grupo Parlamentar não aceita este limbo: de não se saber se há capacidade de financiamento ou não para cumprir a lei. Saliu que tem de haver seriedade na ação do Estado e tem de ser resolvido este problema.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS), depois de contraditar as acusações feitas ao Governo, seguiu referindo que muitas das Instituições não ligaram a esta questão da progressão da carreira. E que este facto em nada se relaciona com o funcionamento, ou não, da geringonça, sendo necessário, contudo, resolver a situação criada. Referiu, depois, que é do conhecimento geral a existência de um despacho do Ministro das Finanças a autorizar a despesa com as progressões dos docentes identificados no RIVA. Face aos factos carreados pelo SNESup, e com vista a tentar auxiliar na resolução do problema, questionou qual a explicação ou interpretação possível quanto ao facto de algumas Instituições considerarem que podem não cumprir a lei, no que respeita a esta questão das progressões. Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre o que é que entendem ser progressões obrigatórias.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) referiu ter três questões a colocar, começando pelo que está previsto na Lei do Orçamento de Estado quanto à progressão, e salientando que é muito claro que essa discussão não deve sequer chegar ao gabinete dos reitores, pois que a lei é para cumprir. No que respeita ao Estatuto da Carreira Docente, referiu que a forma como foi desenhada a Lei do Orçamento de Estado não choca com este Estatuto, sendo possível cumprir em conformidade com o que foi aprovado pela referida lei.

Já no que respeita aos regulamentos de avaliação, constatou que, de facto, alguns têm semelhanças, mas nenhum deles se pode sobrepor quer ao Estatuto da Carreira Docente, quer à Lei do Orçamento de Estado. Desta forma, concluiu que o argumento de que os regulamentos de avaliação não estavam prontos, ou que não expressam a referida lei, não é um argumento válido.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) afirmou que esta história – das progressões, já vai longe. Com efeito, expôs que inicialmente o CCISP e o CRUP deram conta do porquê de não poderem cumprir, a saber, a falta de direções nesse sentido e a falta de dinheiro. Mas a 22 de junho foi transferida uma verba, pelo que um destes dois grandes obstáculos foi já ultrapassado. Neste ponto, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior explicou que o critério para ele era claro, era de que a Instituição respondia de acordo com o RIVA e depois de acordo com a massa salarial, e assim, diluía a sua responsabilidade. Reiterou que a Lei do Orçamento de Estado é clara, na ausência de regulamentos, deve ser aplicada a lei de valor reforçado. Expôs, assim,

que não encontra explicação para a existência de diferentes entendimentos, considerando que, no vazio, sempre teríamos a Lei do Orçamento de Estado. Afirmou, ainda, não perceber o porquê de a regra ser diferente para não docentes e docentes, tal como o que é que iria ser feito não casos em que não haja uma avaliação, questionando qual a solução que aventuram para este caso. Terminou, questionando o que é que o SNESup, e os docentes, precisam da parte do Parlamento para desbloquearem este assunto.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que o Grupo Parlamentar do PCP acompanha a interpretação que é feita do artigo 18.º da Lei do Orçamento do Estado, considerando que o artigo é suficientemente explícito para que sejam criadas situações de arbitrariedade na aplicação da lei. Referiu que o Grupo Parlamentar do PCP colocou já uma pergunta ao Governo, com um caso concreto em que não está a ser assegurado o cumprimento da Lei do Orçamento de Estado.

Terminou, referindo que o tempo urge e são sensíveis ao que foi dito, considerando que o Senhor Ministro, apesar de ter referido a sua interpretação, deve aprofundar mais esta questão. Assim, informou que irão dar entrada de um requerimento potestativo para audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para ouvi-lo quanto a esta matéria.

Foi, assim, devolvida a palavra ao Senhor Professor Gonçalo Leite Velho, o qual prestou os esclarecimentos julgados necessários.

A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) fez, ainda, uma interpelação à mesa, informando que, na sequência desta audição, o seu Grupo Parlamentar apresenta, oralmente, um requerimento para audição do CRUP e CCISP sobre esta mesma matéria.

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

5. Discussão de Projetos de Resolução

5.1. [Projeto de Resolução n.º 1642/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Requalificação da Escola Básica Adriano Correia de Oliveira do Agrupamento de Escolas Gaia Nascente, em Avintes

Adiado, a pedido do PSD.

5.2. [Projeto de Resolução n.º 1647/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Reabilitação da Escola Básica do Castelo da Maia

Adiado, a pedido do PSD.

5.3. [Projeto de Resolução 1542/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Manutenção da Licenciatura em Ergonomia na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

O Projeto de Resolução foi apresentado pelo Senhor Deputado Luís Monteiro (BE), tendo participado na discussão os Senhores Deputados Duarte Marques (PSD), Porfírio Silva (PS) e Ana Rita Bessa (CDS-PP).

A Informação da discussão e a gravação áudio estão disponíveis no Projeto de Resolução.

5.4. [Projeto de Resolução n.º 1741/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo que assegure a existência dos trabalhadores da Escola Pública em número necessário e com o vínculo adequado para o arranque do ano letivo 2018/2019

O Projeto de Resolução foi apresentado pela Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), tendo participado na discussão os Senhores Deputados Álvaro Batista (PSD), Porfírio Silva (PS), Joana Mortágua (BE) e Ana Rita Bessa (CDS-PP).

A Informação da discussão e a gravação áudio estão disponíveis no Projeto de Resolução.

6. Apreciação e votação de relatório final de petição

6.1. [Petição n.º 501/XIII/3.ª](#) - Pela realização urgente de obras estruturais no Agrupamento de Escolas da Portela e Moscavide

O relatório final da petição foi apresentado pelo Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD), na ausência da relatora, Senhora Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) e foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7. Apreciação e votação de parecer de Projeto de Lei

7.1. [Projeto de Lei n.º 889/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Conclusão das obras, extinção e transferência do património da “Parque Escolar, E.P.E.”

O parecer foi apresentado pelo relator, Senhor Deputado Pedro Alves (PSD), tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, encontrando-se ausente a Senhora Deputada do PCP.

7.2. [Projeto de Lei n.º 923/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - Impossibilita a disponibilização nas cantinas dos estabelecimentos de ensino de refeições que contenham carnes processadas, garantindo uma maior qualidade nas refeições escolares

Na ausência da relatora, Senhora Deputada Ângela Moreira (PCP), passou-se de imediato à votação do parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7.3. [Projeto de Lei n.º 924/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - Determina a não distribuição de leite achocolatado às crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, assegurando uma maior qualidade nas refeições escolares

O parecer foi apresentado pela relatora, Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS), tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, encontrando-se ausente a Senhora Deputada do PCP.

7.4. [Projeto de Lei n.º 925/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - Determina condições para a limitação de produtos prejudiciais à saúde nas máquinas de venda automática dos estabelecimentos de ensino, tendo em vista a adopção de hábitos alimentares saudáveis e garantindo a qualidade das refeições escolares

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD), relator dos Projetos de Lei n.ºs 925 e 930 (incluído no ponto seguinte), referiu que tinha elaborado um parecer único para ambos e fez a sua apresentação. O parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, encontrando-se ausente a Senhora Deputada do PCP.

7.5. [Projeto de Lei n.º 930/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Recuperação da gestão pública das cantinas escolares

O parecer conjunto para os Projetos de Lei n.ºs 925 e 930 foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, encontrando-se ausente a Senhora Deputada do PCP.

8. Apreciação e votação de relatório de iniciativa europeia

- **[COM\(2018\)367](#)** - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o programa «Erasmus», o programa da União para o ensino, a formação, a juventude e o desporto, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1288/2013

O relatório da iniciativa foi apresentado pela relatora, Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), tendo o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) referido as limitações de acesso ao Erasmus. O relatório foi depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, encontrando-se ausente a Senhora Deputada do PCP.

9. Fixação de redação final

9.1. Proposta de texto de fusão:

- **[Projeto de Resolução n.º 1364/XIII/3.ª \(PSD\)](#)** - Requalificação da Escola Secundária de Castro Daire;
- **[Projeto de Resolução n.º 1374/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#)** - Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a urgente requalificação e reabilitação da Escola Secundária de Castro Daire, de modo a garantir dignidade a toda a comunidade escolar;

- [Projeto de Resolução n.º 1432/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Secundária de Castro Daire.

A redação final com um texto de fusão foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, encontrando-se ausente a Senhora Deputada do PCP. O PEV comunicou a sua concordância.

9.2. Proposta de texto de fusão:

- [Projeto de Resolução n.º 1421/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – “Recomenda ao Governo medidas urgentes para a requalificação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa (Paredes)”;
- [Projeto de Resolução n.º 1451/XIII/3.ª \(BE\)](#) – “Em defesa da Escola Secundária de Rebordosa, no concelho de Paredes”;
- [Projeto de Resolução n.º 1547/XIII/3.ª \(PSD\)](#) – “Requalificação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa”;
- [Projeto de Resolução n.º 1569/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) – “Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a urgente requalificação e reabilitação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa”.

Adiado a pedido do PCP.

9.3. Projeto de Resolução n.º 1573/XIII/3.ª (PCP) - Requalificação e realização urgente de obras na Escola Secundária de Amares

A redação final foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, encontrando-se ausente a Senhora Deputada do PCP.

9.4. Projeto de Resolução n.º 1598/XIII/3.ª (PSD) - Recomenda ao Governo a realização de obras na Escola Básica 2/3 D. Carlos I em Sintra

A redação final foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, encontrando-se ausente a Senhora Deputada do PCP.

9.5. Projeto de Resolução n.º 1601/XIII/3.ª (PSD) - Recomenda ao Governo que proceda à urgente requalificação da Escola EB 2/3/Sec. Dr. Bento da Cruz em Montalegre

A redação final foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, encontrando-se ausente a Senhora Deputada do PCP.

9.6. Projeto de resolução n.º 1546/XIII/3.ª (PCP) - Concurso extraordinário de recrutamento e colocação de inspetores na área da Educação e Ciência

Tendo sido equacionada a hipótese de se fazer um texto de substituição que integrasse esta iniciativa e o Projeto de Resolução n.º 1730/XIII/3.ª (BE), constante do ponto seguinte, foi consensualizado que se trata de matérias autónomas e devem constar de 2 Resoluções. A

redação final deste Projeto de Resolução foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

10. Apreciação na especialidade de projeto de resolução aprovado

- [Projeto de Resolução n.º 1730/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo o investimento na Inspeção Geral de Educação e Ciência

Tendo sido consensualizado tratar esta iniciativa de forma autónoma em relação ao Projeto de Resolução n.º 1546/XIII/3.ª (PCP), foi deliberado solicitar que seja elaborada a redação final deste Projeto de Resolução.

11. Outros Assuntos

11.1. O [Projeto de Resolução 1373/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes e o [Projeto de Resolução 1501/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda ao adiantamento das prestações devidas às escolas de ensino profissional sempre que haja atrasos no financiamento do POCH baixaram à Comissão para nova apreciação, tendo sido feita uma audição das entidades do setor sobre a matéria. Nesta sequência, foi deliberado remeter os Projetos de Resolução para votação na generalidade na sessão plenária.

11.2. A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) entregou um requerimento potestativo para audição urgente do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre as progressões dos docentes do ensino superior, tendo defendido que dada a sua natureza não tem de ser apresentado e incluído na Ordem do Dia. Não se tendo registado outras intervenções, foi consensualizado contactar o Senhor Ministro para se concretizar a audição a curto prazo, eventualmente no dia 19 de julho.

11.3. O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) apresentou depois um requerimento oral para a audição em Comissão do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, com o fundamento do reporte de atrasos no pagamento das progressões remuneratórias aos docentes do ensino superior, divergências de interpretação e aplicação da lei por parte das várias instituições de ensino superior, nas dificuldades de financiamento na aplicação desta medida de política, finalmente, no tratamento diferenciado dos docentes que tem estado a acontecer em resultado de todos os problemas referidos, conforme tem vindo a ser noticiado e foi hoje confirmado pela Direção do Sindicato Nacional do Ensino Superior.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) manifestou-se contra a inclusão de um novo ponto na Ordem do Dia (OD), para apreciação deste requerimento, por a OD já ter sido aprovada e se dever assegurar a estabilidade da mesma.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que discordava do bloqueamento feito pelo PS e concordava com o requerimento.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) informou que aprovaria a inclusão na OD, bem como o próprio requerimento.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) indicou que concordaria com a inclusão na OD e votará o requerimento a favor.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) propôs ao PSD que use um direito potestativo, tendo o Deputado Álvaro Batista (PSD) contraposto que o PS estava a criar entraves à audição.

O Presidente da Comissão indicou depois que não tendo havido acordo de todos os Grupos Parlamentares, a apreciação do requerimento do PSD será agendada para a próxima reunião da Comissão.

11.4. O Presidente da Comissão solicitou ainda aos Senhores Deputados que informassem se concordavam com o texto final e os relatórios de votação na especialidade distribuídos na véspera, tendo sido manifestado acordo.

12. Data da próxima reunião

- 17 de julho – 14h30 – Audição do Ministro da Educação – por requerimento e regimental

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de julho de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Duarte Marques
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Ivan Gonçalves
Maria Manuela Tender

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Ilda Araújo Novo
Maria Germana Rocha
Nilza de Sena
Susana Amador